



XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

ISBN: 978-85-68618-00-4

A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA): A PERSPECTIVA DE ATUAÇÃO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NO ATENDIMENTO AOS DISCENTES

Ellana Barros Pinheiro

Universidade Federal do Pará

lanaxmiss@hotmail.com

Resumo:

Este artigo tem por objetivo apresentar um estudo da Política Nacional de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Pará, com o enfoque na atuação da Equipe multiprofissional realizada na Diretoria de Assistência e Integração Estudantil, realizando uma reflexão das atividades desenvolvidas pela equipe técnica frente à concessão do Auxílio Emergencial aos discentes em situação de vulnerabilidade e risco social, por meio do dispêndio financeiro e atendimento psicossocial, colaborando para minimizar as dificuldades socioeconômicas emergenciais que comprometem a permanência dos discentes regularmente matriculados na Instituição Federal de Ensino da Educação Superior.

Abstract:

This article aims to present a study of the National Student Assistance in the Federal University of Pará, with a focus on multidisciplinary effort conducted at the Directorate of Integration and Student Assistance, performing a reflection of the activities developed by the technical team in the granting of emergency aid to students in a situation of vulnerability and social risk through the financial outlay and psychosocial care, helping to minimize emergency socioeconomic difficulties that compromise the permanence of students enrolled in the Federal Educational Institution of Higher Education.

Palavras- chave: Assistência estudantil, vulnerabilidade socioeconômica, permanência.

Keywords: Student assistance, socioeconomic vulnerability, permanence.

1 INTRODUÇÃO

Diante do processo de transformação que as Instituições de Ensino Superior veem passando ao longo das últimas décadas, há interferências diretas na elaboração de políticas voltadas para a assistência estudantil no Brasil. O artigo irá averiguar a contribuição dessas políticas para a equidade nesse grau de ensino e analisar a perspectiva histórica e atual de tais políticas, com o objetivo de abordar as definições, orientações e concepções desta política.

Em um primeiro momento, será apresentada a Política de Assistência Estudantil, sua trajetória histórica no Brasil e as concepções de justiça e equidade que permeiam a assistência estudantil como garantidoras de condições justas de oportunidade.

Em um segundo momento será analisado como se desenvolve a Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Pará, e o desenvolvimento de programas que visam garantir a permanência, o bem-estar, a melhoria do desempenho acadêmico e o êxito na conclusão da graduação. Com especial atenção aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e aos que ingressaram na Universidade por meio de ação afirmativa.

Por fim, o artigo irá se responsabilizar por apresentar o trabalho da Equipe Multiprofissional que acompanha e analisa o Auxílio Emergencial aos discentes de graduação em casos excepcionais de vulnerabilidade socioeconômica e risco social, que, por alguma questão recente e emergencial não conseguem suprir as despesas para estudar, comprometendo sua permanência na instituição. A partir desta apresentação, iremos refletir o compromisso dos profissionais no sentido de somar esforços para que seja construída uma trajetória de trabalho conjunta, cada área oferecendo a sua contribuição e especificidade, buscando a prática interdisciplinar.

A metodologia utilizada partiu da análise de documentos, legislações e estudos relacionados ao tema, assim como o estudo das atividades da equipe técnica frente à concessão do Auxílio Emergencial aos discentes em situação de vulnerabilidade e risco social do ano de 2013.

2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E AS IFES

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) está fundamentado na Legislação (Decreto nº 7.234/2010), tendo como finalidade ampliar as condições de permanência na educação superior pública federal.

Com o objetivo de democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, o programa busca minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior, reduzindo as taxas de retenção e evasão, contribuindo para a promoção da inclusão social pela educação.

As ações de assistência estudantil do PNAES são desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

A assistência aos discentes será executada por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, devendo considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. Cabendo às instituições federais definir os critérios e a metodologia de seleção dos discentes, sendo prioritariamente atendidos, estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior. (BRASIL, 2010).

Diante disso, é necessária a reflexão das políticas de assistência estudantil como garantidoras de condições justas de oportunidade. Para tanto, é importante analisar tais políticas a luz do conceito de justiça e equidade.

O conceito de acesso à justiça tem sofrido transformações importantes em decorrência dos anos, nos estados liberais, a incapacidade que muitas pessoas têm de utilizar plenamente a justiça e suas instituições não era preocupação do estado, a justiça era acessada por aqueles que pudessem enfrentar seus custos “o acesso formal, mas não efetivo à justiça, correspondia à igualdade, apenas formal, mas não efetiva” (CAPPELLETTI, pág.08, 1988).

No entanto, à medida que as sociedades burguesas cresceram em tamanho e complexidade, o conceito de direitos humanos também sofre transformações, o caráter tornou-se cada vez mais coletivo que individual, a visão individualista das sociedades modernas é deixada para trás baseando-se na “declaração de direitos”, onde se reconhece os direitos e deveres sociais dos governos, da sociedade e dos indivíduos. O direito ao acesso à justiça tem sido progressivamente reconhecido, encarado como requisito fundamental de todos (CAPPELLETTI, 1988).

Assumindo uma visão dialética de justiça, esta se assume em “manutenção e fortalecimento da ordem constituída e, ao mesmo tempo, em destruição da ordem constituída” (AGUIAR, pág.16, 2004).

As concepções de justiça também estão em conflito, luta. Estão em oposição como as classes sociais, esta justiça é um instrumento para a transformação social dos oprimidos, que emerge das práticas sociais. Põe-se como um projeto de “mundo melhor”, a ideia de justiça é um valor, é ideológico, assentada sobre uma concepção de mundo que emerge das relações concretas e contraditórias do social (AGUIAR, 2004).

Seguindo esse raciocínio, o lucro é justo pelo dominador, mas injusto pelo dominado, os bens são divididos naturalmente conforme a justiça dos dominadores, enquanto o dominado é prejudicado pelo bem concentrado e injustamente distribuído. Assim como as contradições se mostram em nível da infraestrutura, também a percebemos em nível da superestrutura. O que é justo para um será injusto para outro, o que é ordem para um, será dominação para o outro. A busca pela justiça e equidade é por aqui encarada, como a procura do melhor para a sociedade, que vão se constituindo em lutas e conquistas.

Em nenhum período da história da educação no Brasil, as iniciativas governamentais desenvolvidas no campo educacional foram tão intensas quanto nas décadas de 1960 e 1970. A educação despertou um interesse não como um bem de consumo, mas como um tema teórico, ideológico e prático, sendo debatido e interpretado de forma interdisciplinar (FREITAG, 2005).

A primeira fase dessas políticas no Brasil está associada ao surgimento e a consolidação do ensino superior no país. A primeira manifestação de assistência ao estudante ocorreu durante o governo de Washington Luis, no ano de 1928, com a construção da Casa do Estudante Brasileiro na França.

Em 1930, no governo de Getúlio Vargas, houve a valorização das questões relacionadas à educação. A reforma da educação e do ensino era uma das medidas emergenciais a serem tomadas.

A criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública atribuiu ao Estado o poder de exercer tutela sob a educação, buscando, principalmente, tornar o ensino mais adequado à modernização almejada pelo então governo. Em 1931, foi a primeira vez que se buscou a organização de uma política nacional de educação com diretrizes gerais e subordinação dos sistemas estaduais. Além do mais, cabe destacar, que foi nessa época que

ocorreu a primeira reforma do ensino voltada a educação superior e consequentemente foi a primeira tentativa de regulamentar a assistência para estudantes desse grau de ensino (COSTA, pág. 04, 2009).

Como parte do projeto proposto pelo governo de Getúlio Vargas para educação, a assistência estudantil passou a integrar a Constituição Federal de 1934, no Art.º 157, onde se previa a doação de fundos a estudantes necessitados, por meio do fornecimento de material didático, assistência alimentar, médica e odontológica.

Nesse momento, tem-se o investimento em modernização e a criação das primeiras universidades no Brasil. Essa expansão pode ser explicada, pois depois do pós-guerra, a sociedade brasileira passou por um processo de urbanização e desenvolvimento, o que fez “aumentar a necessidade de investimento em profissionais com conhecimentos específicos para atuarem no setor produtivo e nas empresas” (COSTA, pág. 07, 2009).

Na década de 1940, a assistência estudantil passa a ter garantida na legislação com um caráter de obrigatoriedade para todos os níveis de ensino. A Constituição de 1946 reafirmava, no Art.º 166, no capítulo II, onde dispunha sobre a educação e cultura, ressaltava que a educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Devendo inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, o texto constitucional também afirmava que o sistema federal de ensino teria caráter supletivo, estendendo-se a todo o país nos estritos limites das deficiências locais. Nesse sentido, os Estados e o Distrito Federal organizariam os seus sistemas de ensino e para o desenvolvimento desses sistemas a União cooperaria com auxílio pecuniário.

No Art.º 172 cada sistema de ensino deveria ter o serviço de assistência estudantil educacional de modo a garantir o bom desempenho escolar dos alunos necessitados.

Em 1961, ano da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a mais longa discussão da questão da educação em nível nacional que já ocorreu no país, estabelecia em seu Título XI, Art.º 90, que em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem aos alunos e o Art.º 91 dispunha que a assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade. A LDB colocava a assistência estudantil como um direito que deveria ser garantido de forma igual a todos os estudantes, consagrou a descentralização, reservando ao governo federal a fixação de metas e ação supletiva, financeira e técnica.

Na Constituição Federal de 1967, no Art.º 168 se acrescenta o direito a igualdade de oportunidade. Na emenda constitucional de 1969, estabelecia, no Art.º 176, inciso II, que o ensino seria livre para iniciativa particular e merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive mediante bolsa de estudos. O inciso III atribuía que o ensino seria gratuito, no ensino médio e superior, para aqueles que demonstrarem aproveitamento e não tiverem recursos suficientes para supri-los.

O golpe militar foi fatal para as iniciativas governamentais que até então, eram as mais importantes para o ensino superior: as universidades. Alterando e extinguindo, planos, unidades e departamentos inteiros, reestruturando e estabelecendo soluções padronizadas sendo influenciadas pela modernização conservadora, movida pela

legislação autoritária quase toda feita de decretos, as universidades viam-se limitadas sem direito a autonomia política e acadêmica (CUNHA e GÓES, 1996).

A União Nacional dos Estudantes (UNE), consolidada na década de 1940, assumiu diferentes posições face aos momentos conjunturais da história do Brasil, tendo um relevante papel de liderança no movimento estudantil, ela por meio de sua tese, defendia a Reforma Universitária, pois a universidade em seu caráter elitista colaborava com as forças de dominação do sistema, formando profissionais vinculados ao *status quo*. Com o advento da ditadura militar, e com ela a repressão, atingiu os estudantes em sua capacidade de mobilização, sendo necessário o reforço do papel de luta, resistência, denuncia e agitação (SANFELICE, 1986).

Com a ditadura militar, a proposta da Reforma Universitária de 1968 foi baseada no modelo da indissociabilidade entre a pesquisa e o ensino, com o principal objetivo de que a educação superior se modernizasse. A lei 5.540 de 1968 da Reforma Universitária estabeleceu que o corpo discente tivesse direito a representação, através de voto, nos colegiados das universidades e estabelecimentos isolados e nas comissões dos estatutos e dos regimentos (COSTA, pág. 08, 2009).

A configuração da política de assistência estudantil tinha um caráter muito pontual. Estava, na maior parte das vezes, relacionada aos direitos dos indivíduos a educação, a organização dos estudantes em centros voltados para sua adaptação e participação no espaço acadêmico, não havia um projeto de âmbito nacional que se voltasse exclusivamente para a assistência estudantil, e conseqüentemente para a manutenção dos jovens na universidade.

Com o processo de redemocratização brasileira, no final da década de 1970 e durante os anos de 1980, o Brasil passou por um processo que culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988, cuja finalidade era a garantia da efetividade dos direitos fundamentais e a prevalência dos princípios democráticos.

Em seu Art.º 206, no âmbito da educação, o texto ressalta que ensino será ministrado com base nos princípios de igualdade de condições de acesso e permanência na escola, liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o conhecimento, gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais, ensino fundamental obrigatório e gratuito, acesso aos níveis mais elevados de ensino segundo o mérito de cada um, assistência estudantil no nível fundamental com objetivos de erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade do ensino, formação para o trabalho, promoção humanística, científica e tecnológica do país (BRASIL, 1988).

A forma valorizava na qual a educação é colocada, se reconhece a relevância dessa ferramenta como uns dos elementos responsáveis para a construção de uma sociedade justa, é a partir desse momento que se iniciam as discussões sobre o acesso e a permanência dos discentes nas universidades. Dessa forma, as políticas de assistência estudantil são alvo de uma discussão mais ampliada e madura com relação aos direitos dos estudantes e a permanência no espaço universitário.

A Lei de Diretriz e Bases (LDB) de 1996, que busca estruturar e orientar o funcionamento da educação no Brasil, também reforça o princípio da igualdade na educação, sendo esse um dos seus fins. Ao mesmo tempo, no texto da LDB, também é possível perceber que há um encaminhamento para se pensar a educação voltada para as necessidades de determinados grupos e

situações específicas. Assim, a educação passa a ser pensada sob um viés mais equitativo (COSTA, pág. 09, 2009).

Com a Constituição Federal de 1988, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96) e do Plano Nacional de Educação, pode-se afirmar que houve um avanço no sentido de entender a educação como um direito social, consolidando assim o compromisso legal. Por meio deste contexto, podemos verificar que as políticas de assistência estudantil obtiveram uma maior atenção por parte do governo e de órgãos ligados a educação superior.

2.1 A POLÍTICA DE ASSISTENCIA ESTUDANTIL NA UFPA

A Universidade Federal do Pará (UFPA) conquista cada dia mais um espaço de destaque na produção e socialização do conhecimento científico, tecnológico e artístico. Sua atuação possibilita uma maior aproximação entre universidade e população, de forma a garantir a articulação política de suas ações com excelência e legitimidade social, tendo como base o princípio da indissociabilidade entre extensão, ensino e pesquisa. A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) apresenta o papel de desenvolver uma Política de Extensão Universitária de forma a aprofundar a discussão acerca da extensão enquanto projeto social e da universidade frente ao poder público e às políticas públicas.

É por meio da Extensão que a Universidade estreita os vínculos com a sociedade e confere maior materialidade ao seu papel institucional, desenvolvendo ações que tem por finalidade aprofundar as relações de democratização e difusão do conhecimento acadêmico, reconhecendo os saberes populares e produzindo novos conhecimentos em uma relação constante de aprendizagem com a comunidade.

Com base no PNAES, a UFPA apresenta uma rede de apoio em conformidade com as prioridades da assistência estudantil como direito e espaço prático de cidadania e de dignidade humana, em busca da efetividade institucional, uma vez que muitos jovens chegam à universidade sem condições mínimas de cultura, de lazer e, principalmente, de permanência em sua graduação (PDI, 2014).

A execução dos programas e projetos das políticas afirmativas dá-se por meio de editais como “modus operandi” de democratização das oportunidades enquanto fortalece a perspectiva de aumentar a taxa de sucesso na conclusão dos cursos de graduação.

A Diretoria de Assistência e Integração Estudantil da Pró-Reitoria de Extensão (DAIE/PROEX) foi criada em 2007 com o objetivo de atender os diversos aspectos relativos à política de assistência aos estudantes da UFPA. Esta diretoria, vem atuando no desenvolvimento de programas que visam garantir a permanência, o bem-estar, a melhoria do desempenho acadêmico e o êxito na conclusão da graduação.

Neste sentido, estabelece parcerias com outras unidades para disponibilizar serviços que possam intervir em situações que dificultam a concretização do processo de ensino-aprendizagem. Entre as principais atividades da Diretoria, destacam-se os programas: Programa Permanência; Programa Estudante Saudável; Programa de Alimentação Estudantil.

O **Programa Permanência**, operacionalizado a partir do Sistema Bolsa Permanência (SIBOP), tem o objetivo de selecionar estudantes de Cursos de Graduação da UFPA da modalidade extensiva (regular) em situação de vulnerabilidade socioeconômica, cursando a primeira graduação e que não possuem condições de arcar com custeio total ou parcial com alimentação, moradia, material pedagógico e

transporte, promovendo o apoio à permanência deste estudante na universidade. O processo seletivo ocorre em três etapas: inscrição on-line e entrega de documentos; análise do perfil socioeconômico e da documentação do candidato; entrevista e visita domiciliar.

O programa apresenta 11 modalidades de auxílios:

- **Auxílio Permanência:** Destina-se a apoiar o estudante que se encontre sem condições de arcar com o custo parcial ou integral de transporte, alimentação e de material didático-pedagógico para realização de seus estudos.
- **Auxílio Casa de Estudante:** apoia os estudantes de graduação que não podem arcar com o custo de moradia fora de seu local de origem, disponibilizando vagas de residentes nas Casas de Estudantes Universitárias da UFPA no campus da universidade.
- **Auxílio Moradia:** Destina-se ao estudante que não dispõe de vaga gratuita em residência estudantil, ou se encontre sem condições de arcar com o custo de moradia.
- **Auxílio Taxa Zero:** É o auxílio que subsidia financeiramente o Restaurante Universitário (RU), oferecendo refeições balanceadas do ponto de vista nutricional para os estudantes sem condições de arcar com as despesas das refeições diárias.
- **Auxílio Emergencial:** é um subsídio financeiro, com prazo determinado, concedido aos discentes de graduação em casos excepcionais de vulnerabilidade socioeconômica e risco social, que, por alguma questão recente e emergencial não consegue suprir as despesas para estudar, comprometendo sua permanência na instituição.
- **Auxílio Kit Acadêmico:** consiste em possibilitar aos discentes, acesso aos recursos financeiros que subsidiem aquisição de materiais/equipamentos acadêmicos específicos e de instrução de forma a promover sua permanência durante o tempo regular do curso de graduação até sua diplomação.
- **Auxílio Permanência Intervalar:** Apoia o estudante não residente no município sede do campus universitário do curso de graduação que esteja matriculado ou, comprovadamente, resida no mesmo, porém more em lugar distante, exigindo seu deslocamento temporário para o município sede do campus, no decorrer do período letivo.
- **Auxílio Línguas Estrangeiras:** Apoio aos estudantes para a realização dos cursos livres de língua estrangeira moderna (inglês, francês, espanhol e alemão) gratuitamente, e garantir aos estudantes o material didático sem ônus.
- **Auxílio Permanência Estudantil Especial:** Apoio aos estudantes indígenas, quilombolas e portadores de necessidades especiais no custeio com alimentação, material pedagógico, transporte ou moradia, possibilitando condições necessárias para a formação acadêmica.
- **Bolsa de Apoio à Atividade Acadêmica:** Apoio o estudante para que possa realizar atividades teóricas e práticas em unidades e subunidades acadêmicas, ligadas a programas ou projetos acadêmicos relacionados à assistência e integração estudantil.
- **Bolsa Permanência do MEC:** é uma ação do Governo Federal que tem como objetivos: reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil e promover a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho

acadêmico. A ação se materializa pela concessão de auxílio financeiro a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, matriculados em IFES e para estudantes indígenas e quilombolas. O recurso é pago diretamente ao estudante de graduação por meio de um cartão de benefício.

Essas modalidades de auxílio, com base em critérios socioeconômicos, apoiam os estudantes para o recebimento de benefício financeiro, oportunizando a permanência do estudante durante o tempo regular do seu curso até sua diplomação.

O Programa Estudante Saudável tem o objetivo de promover ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abranjam assistência e atendimento à saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico e o tratamento de baixa complexidade, visando o bem-estar e a qualidade de vida do discente por meio das ações e serviços a seguir:

- **Assistência Odontológica e Preventiva:** oferece serviço de assistência à saúde bucal aos estudantes de Graduação da UFPA em vulnerabilidade socioeconômica, como cuidados de urgência e emergência e várias especialidades.
- **Clínica de Psicologia:** oferece serviços voltados à prevenção, manutenção e recuperação da saúde psicológica da comunidade universitária, preferencialmente aquela de menor poder aquisitivo.
- **Ações voltadas para prevenção de câncer em estudantes universitárias:** Desenvolve ações voltadas para a comunidade estudantil da UFPA, visando a prevenção de doenças infecciosas e do câncer de colo do útero, de mama e do aparelho respiratório.
- **Serviço de Assistência Psicossocial aos Discentes (SAPS):** oferece ações de atendimento médico, psicológico, social/familiar e pedagógico aos discentes da UFPA.
- **Projeto Ações Integrada de Extensão à Saúde Estudantil:** O Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza (HUBFS), unidade acadêmica especial, age no atendimento a estudantes, por meio de suas ações de assistência à saúde, médico/ ambulatorial e hospitalar, realizando exames complementares e cirurgias ambulatoriais no período de permanência universitária, integrando-se ao contexto institucional atendendo às Políticas de Assistência Estudantil na UFPA.

O Programa de Alimentação Estudantil, dispõe da oferta de refeições por meio do Restaurante Universitário, onde são servidas em média 2600 refeições no almoço e 800 no jantar, o estudante a obtém no valor de R\$ 1,00 uma alimentação balanceada, de qualidade e com um cardápio variado. O custo global de cada refeição, para a Universidade, varia em torno de 5 a 6 reais. Subsidiada, em grande parte, com recursos da Assistência Estudantil.

Além dessas modalidades de programas, a UFPA, por meio da assistência estudantil dispõe de apoios aos discentes:

- **Apoio à participação discente em eventos acadêmicos científicos, tecnológicos e culturais:** destina-se a apoiar a participação de discentes dos cursos de graduação presencial em eventos fora da UFPA em atividades de intercâmbio didático-científico e acadêmico de abrangência nacional e regional.
- **Apoio a eventos estudantis:** destina-se ao financiamento a eventos organizados por estudantes ou sob a sua supervisão, com a perspectiva de promover o intercâmbio didático-científico, como congressos, simpósios, workshops,

seminários, ciclos de conferências e outros similares; ou político-acadêmico, como encontros de estudantes e de entidades estudantis. Dentre os recursos financiáveis estão materiais gráficos, passagem e hospedagem de palestrantes, alimentação dos estudantes participantes do evento pelo Restaurante Universitário/RU, equipamentos de som, iluminação e audiovisual entre outros.

Todos esses programas e projetos são essenciais à materialização da assistência e integração estudantil, pois atenuam os efeitos das desigualdades socioeconômicas, contribuindo para: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. Todas essas ações são esforços empregados para alcançar resultados relevantes e efetivos, cumprindo dessa forma a missão institucional da Universidade Federal do Pará (RELATÓRIO, 2013).

3 O PROGRAMA PERMANÊNCIA E O AUXÍLIO EMERGENCIAL

A PROEX, por meio da Diretoria de Assistência e Integração Estudantil (DAIE), atua como gestora da política de assistência estudantil da UFPA, priorizando a assistência ao estudante universitário em situação de vulnerabilidade socioeconômica, de forma a incentivar, apoiar e acompanhar o estudante, em suas múltiplas demandas, no decorrer de toda sua trajetória acadêmica, por meio de ações efetivas nas áreas: acadêmica, social, cultural, técnico-científica, esportiva e política em âmbito universitário, de maneira a garantir condições justas de permanência, oferecendo possibilidades para que esses discentes possam concluir o ensino superior e fazendo da educação um instrumento de luta pela ampliação dos direitos humanos e pela consolidação da cidadania. Cabem a essas ações, principalmente, reduzir efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados, que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso (RELATÓRIO, 2013).

O Programa Permanência é acessível a toda comunidade discente, no sentido de apoiar o estudante de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Sua operacionalização ocorre por meio de processo seletivo para concessão de auxílios financeiros, parcial ou integralmente, custeando despesas de alimentação, moradia, transporte e material didático no prazo estabelecido para conclusão do curso de graduação na IFES.

Para participar dos editais do Programa Permanência, os discentes cumprem as seguintes etapas do processo seletivo: inscrição on-line, pelo Sistema Gerencial de Assistência Estudantil (SIGAEST); entrega de documentos que comprovem sua condição de vulnerável socioeconomicamente; análise dos documentos e das informações postadas no questionário socioeconômico, compondo ainda esse quadro de análise, tem-se os instrumentais de entrevista e visita domiciliar, que contribuem para melhor apreender a realidade social do discente e de sua família, permitindo melhor dimensionar a história de vida de cada estudante com diagnóstico familiar, identificando situações específicas no decorrer de todo o processo avaliativo.

Segundo a Instrução Normativa PROEX/UFPA Nº 04, de 25 de agosto de 2014, o Auxílio Emergencial é um subsídio financeiro, **com prazo determinado**, concedido

aos discentes de graduação **em casos excepcionais de vulnerabilidade socioeconômica e risco social**, que, por alguma **questão recente e emergencial** não consegue suprir as despesas para estudar, comprometendo sua permanência na instituição. No seu Art. 3º serão considerados como item relevante de análise para concessão do Auxílio Emergencial, os **pareceres obtidos pelos candidatos em outras modalidades do Programa Permanência**, não sendo permitido o acúmulo de outros auxílios, bolsas ou estágios remunerados, sejam da UFPA ou de outros órgãos governamentais ou de instituições e empresas privadas, com exceção do Auxílio Emergencial, na modalidade moradia.

O valor do Auxílio Emergencial acompanha os mesmos valores pagos aos Auxílios Permanência e Moradia em vigência, o pagamento será mensal, por meio de depósito bancário em conta corrente pessoal do discente beneficiado, até o 15º (décimo quinto) dia útil de cada mês, sendo que o pagamento inicial está previsto para folha do mês seguinte ao mês do protocolo do processo, caso já tenha sido deferido. O discente em recebimento do auxílio, deverá manter-se matriculado em seu curso de graduação durante todo o período de vigência do auxílio, comunicar qualquer alteração de sua situação socioeconômica, sobretudo aqueles discentes que forem selecionados em programas de estágio remunerado ou similar, comunicar quaisquer alterações de telefones e endereços residenciais e eletrônicos e apresentar rendimento acadêmico Regular (no mínimo 5,0) aferido por meio do Coeficiente de Aproveitamento (CA).

A política de assistência estudantil na educação tem como finalidade garantir recursos e mecanismos para que os alunos possam permanecer e concluir sua graduação na universidade, com isso, deve-se a atenção que essas políticas devem direcionar-se não só na garantia acerca das questões de ordem econômica, como auxílio financeiro, mas também, de ordem psicológica e pedagógica.

A equipe multidisciplinar composta por assistente social, pedagoga e psicóloga, age na perspectiva de prática interdisciplinar. Pois é de nosso conhecimento que a interdisciplinaridade apresenta como principal característica a aproximação de diferentes disciplinas para a solução de problemas específicos. Na multidisciplinaridade não há síntese metodológica, e sim uma somatória de métodos. De modo diferente, apresentado na interdisciplinaridade, que as metodologias são compartilhadas gerando uma nova disciplina (ROQUETE, et al, 2012).

Busca-se assim, a prática interdisciplinar, pois consiste numa abordagem em que duas ou mais áreas do saber, disciplinas, intencionalmente relacionam-se entre si para alcançar maior abrangência de conhecimento, de alcance, na intenção de construir um modelo de conhecimento menos fragmentado.

O importante é o compromisso dos profissionais no sentido de somar esforços para que seja construída uma trajetória de trabalho conjunta, cada área oferecendo a sua contribuição e especificidade. No entanto, é necessária a atenção como se exterioriza a interdisciplinaridade, se afastando da hierarquização entre as áreas do saber, como se colocasse umas mais importantes que as outras.

A questão interdisciplinar é construída a cada dia, nas ações cotidianas dos profissionais de diferentes áreas, nas diversas atitudes, na busca de alternativas, de reciprocidade, de humildade, de desafio, de envolvimento, de compromisso e responsabilidade, isto não é nada fácil de ser alcançado, pois a falta de tempo, a sobrecarga de trabalho que demarca esse período em que se vive e a falta de oportunidades para planejamentos em equipe, dificultam sua efetivação (FRAGA,2010).

A equipe atuante no atendimento a concessão do auxílio emergencial, atendeu no ano de 2013, 100 pedidos de auxílio emergencial: 47 do gênero masculino e 53 do gênero feminino.

Por meio da utilização do instrumental técnico-operativo da entrevista, visita domiciliar e avaliação socioeconômica da documentação apresentada pelo discente foi possível identificar as principais dificuldades apresentadas pelos discentes: dificuldade no acesso ao transporte de sua casa até a universidade, por vezes os alunos necessitam pegar dois ônibus coletivos, ou deslocar-se grande distância de sua casa à parada de ônibus para apanhar uma condução, pagamento de aluguel, água e energia, aquisição de material didático (cópias, livros, materiais especiais) e problemas familiares.

Além das demandas econômicas, há a presença de demandas psicológicas e sociais, onde não somente há o encaminhamento para a Clínica de Psicologia presente na Universidade, mas há o estudo e a possibilidade de aconselhamento psicológico aos discentes e o atendimento social pelas assistentes sociais competentes da equipe.

Durante o atendimento ao aluno e durante a utilização dos instrumentais, é necessária a atenção e compreensão da totalidade do ser humano, identificando e analisando não somente a demanda a que ele se inscreve, mas procurando desvelar a realidade em que vive, constatando as vulnerabilidades e riscos no qual o discente possa estar inserido, buscando um entendimento numa perspectiva mais ampla e crítica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível constatar que as políticas de assistência estudantil em sua gênese, tiveram um caráter pontual, marcado pela escassez de recursos, no entanto, as políticas de certa forma, foram tomando corpo frente às reivindicações pela reestruturação que a sociedade vinha passando e o novo formato que propunha a educação superior no Brasil.

Marcada por um momento em que a sociedade entra em processo de redemocratização, a educação torna-se um dos seus maiores enfoques. Nesse momento então, os projetos voltados para assistência estudantil são marcados por uma discussão ampla, fomentados por debates da sociedade e dos movimentos sociais.

A assistência estudantil, enquanto mecanismo de direito social, apresenta como fim, prover os recursos para a superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante desenvolva-se bem durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula. Assim, além do dispêndio financeiro, é necessária a atenção psicossocial e pedagógica para o devido atendimento aos discentes dos cursos de graduação das IFES.

A vida universitária de um jovem necessariamente o faz pensar na importância que tem para sua família, que muitas das vezes o espera de longe, e para a sociedade que lhe faz o investimento e lhe exigirá o retorno deste saldo na proposição e no trabalho por condições de vida melhores e acessíveis a todos. Como em todo momento da vida que exige concentração, esforço e aprendizado, somos suscetíveis a emoções que se refletem em situações de vulnerabilidade, como no uso de drogas e doenças. Porém, o direito do estudante a uma assistência ampla e integral que concretize o compromisso social da universidade com este jovem, dando-lhe a oportunidade de um desenvolvimento completo profissional e cidadão (ASSIS e OLIVEIRA, 2014).

Assim, entendemos, de acordo com os autores citados acima, que os serviços e espaços que compõem a assistência estudantil ofertada por uma universidade

refletem o compromisso social desta para com toda a comunidade universitária e a sociedade que a mantém financeiramente, e lhe confere o título de escola formadora de pensamentos, opiniões e projetos de desenvolvimento do país. Entendemos também que ofertar serviços de assistência significa cuidar dos aspectos pessoais da vida de estudantes do ponto de vista da saúde física, mental e emocional, da alimentação, das condições financeiras, de sobrevivência, das condições de trabalho, estudo e moradia, enfim, da precariedade do modo de vida de uma parcela significativa da comunidade universitária e ao mesmo tempo encontrar saídas institucionais, na implementação das políticas de assistência estudantil, que atendam estas demandas, respeitando e promulgando o direito à assistência e o compromisso social das universidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Roberto A. R. de. **O que é justiça**. Uma abordagem dialética. E. Alfa-Ômega Ltda. São Paulo-SP, 2004.

ASSIS, Aisllan Diego de. OLIVEIRA, Alice Guimarães Bottaro de. **Vida universitária e saúde mental: atendimento às demandas de saúde e saúde mental de estudantes de uma universidade brasileira**. Disponível em: <<http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/1113/1305>> Acesso em: 10 de agosto 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. 1988** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF: Imprensa Nacional, n. 191-A, 5 out. 1988.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil. 1946** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm> Acesso em: 10 de agosto 2014.

_____. Decreto nº 7.234. **Programa Nacional de Assistência Estudantil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 27 de agosto de 2014.

_____. Lei nº. 4.024. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <<http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>> Acesso em: 10 de agosto 2014.

COSTA, Simone Gomes. **A permanência na educação superior no brasil: uma análise das políticas de assistência estudantil**. IX Colóquio sobre Gestão Universitária na América do Sul. 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/37031/A%20perman%C3%AAncia%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20superior%20no%20Brasil%20Uma%20an%C3%A1lise%20das%20pol%C3%ADticas%20de%20assist%C3%AÂncia%20estudantil.pdf?sequence=1>> Acesso em: 10 de agosto 2014.

CAPPELLETTI, Mauro. **Acesso à justiça**. Tradução de Ellen Gracie NorthFleet. Porto Alegre, Fabris, 1988.

CUNHA, Luiz Antônio e GÓES, Moacyr de. **O golpe na Educação**. Ed. Jorge Zahar Ltda. Rio de Janeiro-RJ, 1996.

FRAGA, Cristina Kologeski. **A atitude investigativa no trabalho do assistente social** Serv. Soc. Soc. no.101 São Paulo Jan./Mar. 2010. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282010000100004&script=sci_arttext>. Acesso em: 22 maio 2014.

FREITAG, **Barbara**. **Escola, Estado e Sociedade**. 7ªEd. Ver. São Paulo: Centauro, 2005.

ROQUETE, Fátima Ferreira; AMORIM, Maria Marta Amâncio; BARBOSA, Simone de Pinho; SOUZA, Danielle Cristina Moreira de; CARVALHO, Daclé Vilma. **Multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade: em busca de diálogo entre saberes no campo da saúde coletiva**. Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro. VOL. 2, NO. 3, 2012. Disponível em: < <http://seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/245/361>> Acesso em 15 Julho de 2014.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL. PDI/UFPA 2011-2015 Disponível em: < http://www.proplan.ufpa.br/doc/pdi/PDI_2011-2015.pdf>. Acessado em: 28 agosto de 2014.

Relatório Anual de Atividades PROEX/2013. Universidade Federal do Pará. Disponível em: <<http://proex.ufpa.br/DIRETORIO/DOCUMENTOS/PROEX/RelatoriosAnuais/08-Relat%C3%B3rio%20Proex%202013.pdf>>. Acessado em: 28 agosto de 2014.

SANFELICE, José Luís. **Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Pró-Reitoria de Extensão. Apresentação. 2014. Disponível em: < <http://proex.ufpa.br/PRINCIPAL/index.php/apresentacao>>. Acessado em: 28 de agosto de 2014.